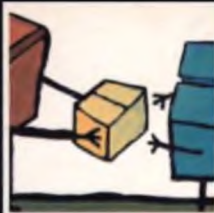


40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Profª. Drª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Belª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, Nº 78

Ed. OK, 2º andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmair Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

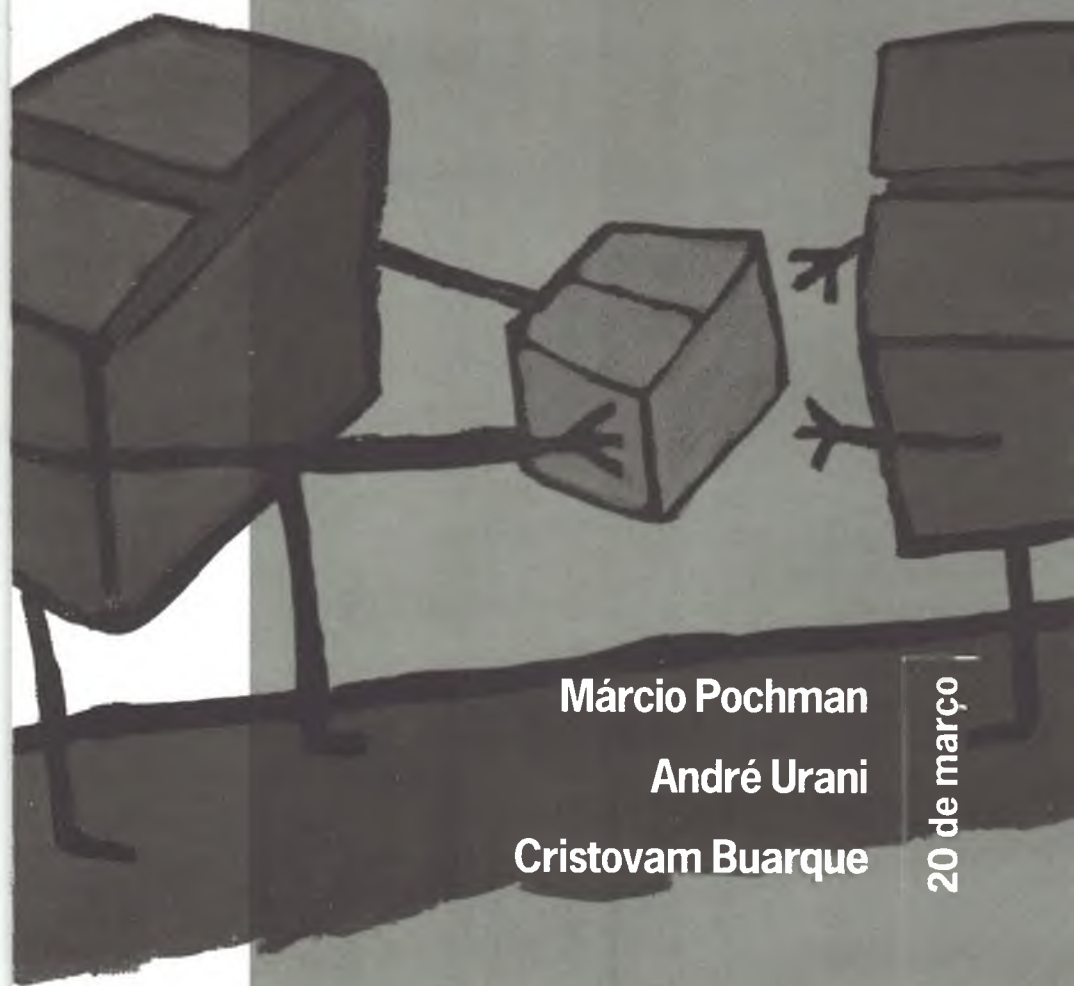
Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499

Políticas de distribuição de renda



Márcio Pochman
André Urani
Cristovam Buarque

20 de março

Ampliar o Espaço Público além das Fronteiras Estatais

André Urani

O Brasil enfrenta hoje um momento crítico, mas temos uma oportunidade, nessa eleição presidencial, de definir um novo caminho. Durante muito tempo vivemos o período de um Brasil parado, que hesitava, que errava, que patinava, que não avançava; que ficava com saudade de um outro Brasil que não existia mais, que era um Brasil que crescia muito, que gerava mobilidade e transformações muito aceleradas.

Ficamos patinando durante duas décadas; hoje, porém, temos condições de apontar novos caminhos. Estes não podem nem devem constituir uma volta ao passado, para um Brasil que crescia muito, mas provocava desequilíbrios gigantescos; para uma desorganização desenfreada e uma desigualdade crescente, acompanhada do aumento da pobreza e com reduzido bem-estar para os seus cidadãos.

O Brasil hoje tem uma macroeconomia relativamente estabilizada. Nosso desafio hoje é, mantendo a estabilidade macroeconômica que foi duramente conquistada (e devemos fazer tudo para preservá-la), construir um modelo de desenvolvimento

André Urani é Doutor em Economia pelo DELTA de Paris (França). Professor e pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bacharel e Mestre em Economia na PUC-RJ. Ex-Secretário Municipal do Trabalho da Cidade do Rio de Janeiro (1997–2000). É presidente do Conselho de Administração do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). Consultor de organismos internacionais, colunista e integrante do Conselho da Revista Eletrônica *Notícia e Opinião*.

radicalmente diferente de tudo aquilo que conhecemos no passado. Esse sonho é possível: um modelo de desenvolvimento que priorize não apenas o crescimento econômico, mas também a redução da desigualdade de renda, ou seja: o de aumentar o bem-estar da sociedade como um todo.

O crescimento é importante, mas por si só não vai ser capaz de resolver as nossas questões sociais. Para termos uma sociedade decente, para transformarmos esse país num lugar em que possamos viver mais decentemente, temos de enfrentar prioritariamente a questão da redução da desigualdade de renda. Que é monstruosa, para qualquer padrão de comparação histórico ou internacional, e não se justifica por nenhum argumento ético, teórico ou ideológico.

A pobreza claramente é o nosso problema mais urgente; e se deve essencialmente à desigualdade. Se fôssemos um país normal em termos de distribuição de renda, dado o nosso grau de desenvolvimento econômico, dada nossa renda *per capita*, corrigida pela paridade de poder de compra, teríamos 60% de pobres a menos.

Não estou falando de uma desigualdade como a da Suécia, Noruega ou a Hungria, mas que tivéssemos uma desigualdade compatível internacionalmente com os dados mundiais da distribuição de renda. Com uma desigualdade compatível com nosso grau de desenvolvimento econômico, teríamos 60% de pobres a menos; é neste sentido que dizemos que a desigualdade é a principal causa da pobreza.

O Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. A nossa renda *per capita* corrigida pela paridade de poder de compra nos coloca em uma situação em que 78% da população mundial são mais pobres que o “brasileiro médio”. No entanto, temos, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada), 53 milhões de pessoas que vivem em pobreza e mais de 22 milhões de pessoas que vivem num estado de indigência, que têm dificuldades para se alimentar no seu dia-a-dia.

Ao longo dos últimos vinte anos, tivemos: 13 planos de estabilização macroeconômica, seis diferentes moedas, três eleições diretas para Presidente da República, a transição da ditadura para a democracia, uma Assembléia Nacional Constituinte, a abertura da economia, a privatização, etc. Em termos de distribuição de renda, contudo, não aconteceu praticamente nada. Se analisarmos como a renda se distribui entre nós (os vários décimos da distribuição, a renda familiar *per capita*) e a compararmos com um eletrocardiograma da sociedade, veremos que ela está morta. Não aconteceu nada.

Poderíamos reduzir a pobreza à metade, tentando nos parecer com o México, um país que tem um PIB 17,8% maior que o nosso e uma desigualdade 11% menor que a brasileira. Reduzir a desigualdade em 11% é possível. A Itália, país democrático, sem nenhuma alternância no poder, foi capaz, apesar de um grande transtorno político, entre meados dos anos 70 e meados dos anos 80, de reduzir a desigualdade em 30%. Por que o Brasil não pode reduzir a desigualdade em 11% no período, por exemplo, de quatro ou cinco anos? Poderíamos ter este objetivo, mas não estamos fazendo nada para isso. A única receita que nós conhecemos para reduzir a pobreza é a do crescimento econômico.

Temos de acreditar no sonho de sermos capazes de construir uma sociedade mais justa, não só para os nossos filhos, mas para nós também. É possível reduzirmos a pobreza para a metade muito rapidamente se tivermos a determinação de fazer isso, mas é preciso, por um lado, “desnaturalizar” a desigualdade e, por outro, dar visibilidade à pobreza.

Alguns dados: segundo a PNAD/IBGE de 1999, para pertencer ao 1% mais rico da população brasileira, basta que a renda familiar per *capita* seja de R\$ 2.183,60. Para pertencer aos 10% mais ricos, é preciso que ela seja de R\$ 571; aos 25% mais ricos, R\$ 193,33. E, finalmente, para estarmos nos 50% mais ricos, basta ter uma renda de R\$ 131,67. Isso quer dizer o seguinte: metade da população brasileira vive com menos de R\$ 131,67 mensais per *capita*. Isso dá menos do que dois dólares por dia, que é uma linha de pobreza adotada, por exemplo, pelo Banco Mundial. Eu faço questão de falar destes dados para chamar a atenção do quanto as nossas idéias (e as nossas políticas públicas) estão fora do lugar.

Nós todos aqui achamos que somos classe média, quando na verdade somos da camada mais rica da população. As verdadeiras camadas médias brasileiras são formadas por aqueles que achamos que são pobres: como as nossas empregadas domésticas, os nossos porteiros. E os verdadeiros pobres são invisíveis aos nossos olhos e, portanto, são invisíveis aos olhos das políticas públicas. Hoje temos de enfrentar esse problema. Temos de assumir que somos a elite deste país. A elite não é só de banqueiros e de milionários. Somos a elite e temos de arcar com as consequências de sermos elite nesse país. Seríamos classe média se vivêssemos nos EUA ou na Europa; aqui, somos ricos. E, mesmo comparando-nos com a população mundial como um todo e não apenas aos países mais desenvolvidos, temos de constatar que estamos nas camadas mais ricas.

Os dados do IBGE ilustram um pouco quem é quem na sociedade brasileira hoje e servem um pouco para desmascarar esta hipocrisia que nos impede de avançar o enfrentamento desse que é o nosso maior problema hoje: a questão da desigualdade.

Por um lado, a pobreza tem cor; ela é negra: 70% dos indigentes brasileiros são afrodescendentes. Por outro, a riqueza

também tem cor, ela é branca: 90% dos chefes de família que pertencem ao 1% mais rico da população são brancos.

Por outro, grande parte da pobreza é composta por crianças. Se são 34% de pobres na sociedade como um todo, a metade de nossas crianças é pobre. Os pobres são negros e pardos.

Outra característica marcante dos pobres é a de que eles estão em famílias que são chefiadas por adultos de baixa escolaridade. É sempre bom lembrar que mais de 60% da população adulta brasileira não completou aquilo que o MEC chamou de ensino fundamental –, ou seja, o equivalente a oito anos de estudo completos. Esta proporção é de cerca de 90% entre os pobres e indigentes.

Finalmente, os pobres e indigentes estão, sobretudo, em famílias chefiadas por empregados sem carteira assinada e por trabalhadores autônomos.

Se formos enfrentar o desafio de termos uma sociedade que distribua a renda de uma forma mais justa, temos de contemplar quatro pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, a estabilidade macroeconômica: é absolutamente impossível avançarmos em termos de inclusão econômica e social sem preservarmos a estabilidade. Para tanto, é preciso, entre outras coisas, manter uma rígida disciplina fiscal – não apenas em nível federal, mas também nos Estados e Municípios. Mas é também preciso continuarmos com um regime de metas de inflação e de taxas de câmbio flutuantes e caminharmos em direção a um sistema em que o Banco Central seja mais independente.

Em segundo lugar, temos de insistir na re-orientação do gasto público social em direção aos mais pobres. Programas como o de Assistência Básica, o bolsa-escola, o bolsa-alimentação, o bolsa-renda e o erradicação do trabalho infantil são extraordinariamente

inovadores neste sentido. Eles podem e devem ser mais integrados um ao outro, um pouco no sentido do que aconteceu no México, com o PROGRESA. Mas é preciso ir além. O gasto público social no Brasil é muito elevado para os padrões internacionais; gastamos cerca de 24% do PIB em políticas sociais. O problema é que os principais beneficiários destas políticas não são os pobres, mas os segmentos mais organizados da nossa sociedade. Se quisermos chegar nos pobres de forma mais efetiva, temos de abrir mais espaço no orçamento federal para programas que sejam desenhados para tanto. Isto passa por uma série de reformas a serem aprovadas pelo Congresso Nacional, em particular pela da Previdência. É preciso também, enfim, que sejamos capazes de aprimorar os mecanismos de diagnóstico, de avaliação e de monitoramento das políticas públicas, para torna-las mais transparentes, por um lado, e mais eficazes, por outro.

Em terceiro lugar, é meio ridículo a gente ficar gastando um dinheirão em políticas sociais pelo resto da vida se a economia continuar funcionando do jeito que está, ou seja, como uma máquina de produzir e reproduzir desigualdades. Isto passa, essencialmente, por três coisas:

- a) Temos de parar com esta história de ficar confundindo desenvolvimento com crescimento econômico. Crescimento é bom, todos queremos, mas desenvolvimento é muito mais do que isto: é melhora da qualidade de vida. E isto significa, como nos ensina o Amartya Sen, melhorar a distribuição da renda que é gerada, democratizar o acesso à saúde, à educação e ao trabalho de boa qualidade, aprimorar a rede de proteção social, etc. Uma série de coisas que não são uma consequência imediata do crescimento do PIB;

- b) Vamos ter que parar de achar que para promover o desenvolvimento é necessário investir apenas nas coisas. Um país não se faz apenas com máquinas, equipamentos e infra-estrutura. Temos de investir – também e, sobretudo – nas pessoas e nas relações entre as pessoas. É uma meta do programa de governo de meu partido, por exemplo, termos todos os jovens e adultos brasileiros com pelo menos o equivalente ao ensino fundamental completo até 2006. Para vocês terem uma idéia, hoje mais de 60% dos adultos brasileiros não completaram o ensino fundamental. Este programa custaria cerca de 3% do PIB (ou 0,75% do PIB ao ano), cerca da metade do que gastamos por ano com aposentadorias de pessoas que ainda não completaram 60 anos;
- c) Precisamos, também neste caso, de profundas mudanças institucionais, ou seja, de uma série de reformas microeconômicas. Não se trata de deixar os mercados funcionando sozinhos nem de fazer que o Estado substitua os Mercados, mas de fazer que o Estado, por meio de uma regulação eficiente, seja capaz de fazer que os Mercados funcionem mais bem e provoquem menos distorções. Isto não significa, ao contrário do que muitos pensam, aprofundar uma agenda liberal de desproteção e de precarização. Pelo contrário: o que queremos é incluir muito mais gente na órbita da cidadania. Nos acostumamos a conviver com instituições que foram moldadas no Estado Novo, por um governo autoritário e centralizador que queria ser o grande e único protagonista do processo de desenvolvimento via industrialização substitutiva de importações que pressupunha uma

crescente concentração de renda. Hoje temos um governo democrático, que opera de forma cada vez mais descentralizada e que deve ter como principal objetivo a redução da desigualdade. Para tanto, ele precisa de instituições que operem de forma radicalmente distinta das atuais. A lista de reformas que propomos é extensa:

- i. **Tributária:** para desonerar a produção, o emprego e as exportações;
- ii. **Trabalhista:** no sentido de incluir as dezenas de milhões de trabalhadores informais na órbita da cidadania, de fortalecer o poder de barganha dos trabalhadores e de gerar uma melhor qualidade das relações de trabalho (ou seja, uma menor rotatividade);
- iii. **Mercado de capitais:** com a finalidade básica de aumentar e diversificar as fontes de financiamento de longo prazo;
- iv. **Direitos de propriedade:** precisam ser mais bem definidos para permitir que milhões de moradores das favelas e assentamentos populares de nossas cidades possam ter suas legítimas propriedades legalmente reconhecidas;
- v. **Crédito:** reduzindo os *spreads* bancários, reformando a lei de falências, revendo o papel da justiça (que, a pretexto de sobreproteger os devedores, acaba inibindo o desenvolvimento deste mercado) e redobrando os esforços de desenvolver as microfinanças;
- vi. **Infra-estrutura e regulação:** trata-se, primeiramente, de completar a reestruturação do setor elétrico e do de telecomunicações. O sistema deve garantir a concorrência, rentabilizar os investimentos de forma adequada e garantir a universalização das redes. Mas precisamos também atuar no sentido de modelar de

forma adequada o ambiente jurídico, normativo e econômico do setor de saneamento, de forma a permitir uma retomada vigorosa dos investimentos nesta área.

O conjunto destas reformas implica, na prática, deslocarmos nossos olhares e nossos instrumentos de política dos grandes para os pequenos. O modelo de desenvolvimento que queremos perseguir se baseará nos micro e pequenos negócios e não nas grandes empresas. É por este caminho que seremos capazes de combinar crescimento econômico e a criação de mais e melhores postos de trabalho.

Finalmente, o governo federal terá que funcionar como grande animador de um amplo e diversificado processo de costura de parcerias entre diferentes níveis de governo, a sociedade civil e o setor privado. Muitos de vocês aqui presentes, além de serem estudantes e professores, trabalham em diferentes instâncias de governos, em ONGs ou em empresas que atuam de forma militante no campo da responsabilidade social empresarial. Precisamos somar esforços, ampliando o espaço público para além das fronteiras estatais, invertendo a mão em que historicamente se deu o relacionamento entre Estado e sociedade em nosso país. Só assim seremos capazes de avançar de forma contundente neste desafio de melhorar a qualidade de vida do conjunto da população brasileira.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* "é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil". É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy